

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.395 - RJ (2017/0062694-8)

EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : DELTA SILVA ARAUJO
ADVOGADO : AURÉLIO WANDER CHAVES BASTOS - RJ000398B

DECISÃO

Na origem, cuida-se de ação ajuizada por Delta Silva Araújo contra ato do Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro, objetivando a suspensão dos efeitos da Portaria n. 479/2013, assegurando-lhe o direito de voltar a receber pensão vitalícia, na qualidade de pessoa designada acima de 60 (sessenta) anos.

Na primeira instância, os pedidos formulados na inicial foram julgados procedentes. No TRF da 2ª Região, a sentença foi mantida em acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO -
RESTABELECIMENTO DE PENSÃO POR MORTE - PESSOA
DESIGNADA MAIOR DE 60 ANOS.

I - É pacífico o entendimento segundo o qual a lei que regula a concessão de pensão por morte é aquela vigente à época do óbito do segurado. Logo, ocorrida a morte do ex-servidor sob a égide da Lei nº 8.112/90, esta é a legislação que regulará a hipótese do recebimento de pensão pleiteada pela impetrante.

II - Não merece prosperar a alegação de que o art. 5º da Lei nº 9.717/98 teria derogado, do regime dos servidores públicos da União, a categoria de pensão civil estatutária destinada à pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos, que viva sob a dependência econômica do servidor, prevista na alínea "e", inciso I, do art. 217 da Lei nº 8.112/90.

III - A Lei nº 8.112/90 é norma específica anterior à Lei nº 9.717/98. Ademais o art. 5º da Lei 9.717/98 vedou apenas a concessão de benefícios distintos daqueles previstos no RGPS (Lei nº 8.213/91), sem estabelecer restrições aos respectivos beneficiários, no caso ora em análise, a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos, que viva sob a dependência econômica do servidor. Precedente do STF.

IV - Recurso e remessa necessária improvidos.

A União interpôs recurso especial com fundamento nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal por ofensa ao art. 5º da Lei n. 9.717/98.

Recebidos os autos pelo Superior Tribunal de Justiça, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial.

Nos presentes embargos de declaração, a parte alega em síntese que a decisão foi omissa quanto às razões deduzidas no recurso especial de que o art. 5º da Lei n. 9.717/1998 derogou/revogou o art. 217, inciso II, alínea *b*,

da Lei n. 8.112/90.

Não foi apresentada impugnação aos embargos de declaração.

É o relatório. Decido.

Segundo o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade; eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia pronunciar-se de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material.

Conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

Apesar de a decisão embargada não apresentar vícios, faz-se necessário trazer os seguintes esclarecimentos adicionais ao julgamento do recurso especial.

O art. 5º, da Lei n. 9.717/98 apenas veda que sejam criados benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência, não estabelecendo a necessidade de igualdade na designação do rol de beneficiários e não revogando, portanto, o disposto no art. 217, inciso I, alínea e, da Lei n. 8.112/90, como orientado pelo STF:

MANDADO DE SEGURANÇA - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - PENSÃO VITALÍCIA INSTITUÍDA EM FAVOR DE PESSOA DESIGNADA, MAIOR DE 60 (SESSENTA) ANOS (LEI Nº 8.112/90, ART. 217, INCISO I, E) - POSSIBILIDADE - SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BENEFICIÁRIO EM RELAÇÃO AO INSTITUIDOR - INAPLICABILIDADE, AO CASO, DO DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 9.717/98 - ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DESTA SUPREMA CORTE - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. (MS 32085 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 19/2/2015).

Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração nos termos da fundamentação, sem efeitos modificativos, visto que não altera o resultado do julgamento do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

